

O SUJEITO, O TEMPO E O ESPAÇO NUM DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Munir Jorge FELICIO

Núcleo De Estudos, Pesquisas E Projetos De Reforma Agrária –
Departamento De Geografia Unesp – Campus Prudente –
Rua Palmares, 49 Cep: 19015-280, Presidente Prudente
Munir@Unoeste.br

Resumo: Este texto visa a ampliar as discussões da pesquisa em Geografia. Nele propomos um debate teórico-metodológico objetivando discutir os conteúdos dos conceitos de espaço e território; contrapor a leitura geográfica crítica à leitura geográfica consensual e, com isso contribuir com o projeto de pesquisa “Camponeses/ Agricultores familiares: paradigmas em questão” que estamos desenvolvendo no curso de doutorado em Geografia. Por isso o debate está dividido em três partes: a primeira parte estudará os conteúdos dos conceitos espaço, tempo e território a partir da dialética e do método dialético visando a ampliar a compreensão das categorias geográficas e contribuir com a tarefa de interpretar os acontecimentos, pois, a realidade como totalidade não se apresenta à primeira vista. A segunda parte, refletirá sobre a análise territorial como tarefa imprescindível para a compreensão da luta de classes que se estabelece pela disputa do território, visando à implantação de um modelo de desenvolvimento agropecuário. Por fim, a terceira parte, analisará as contribuições que surgiram nesses dois debates, visando ao projeto de pesquisa em Geografia cujo objetivo consiste em ampliar a compreensão da formação do agricultor camponês e ou familiar estudando a formação do campesinato na região do Pontal do Paranapanema nas últimas três décadas.

Palavras Chaves: espaço; território; conflitualidade; campesinato.

Abstract: this text aims to extend the discussions about the research in geography. In it we consider a theoretician-metodológico debate aiming to argue the contents of the space concepts and territory; to oppose the critical geographic reading to the geographic reading cinse consensual and, with this to contribute with the research project “Peasants/familiar Agriculturists: paradigms in question” that we developing in the geography doutorate course. For this reason the debate is divided in three parts: in the first one it studies the contents of the concepts space, time and territory from the dialectic and dialectics method aiming to stretch the understanding of geographic categories and to contribute with the task to interpret the events, therefore, the reality as a total, is not presented at the first sight. In the second one it reflect on the territorial analysis as essential task for the understanding of the fight of classrooms

that establishes for the dispute of the territory aiming to implant a farming model development. Finally, in the third part, it analyzes the contributions that had appeared in these two debates aiming the research geography project that objective consists on extending the understanding of the formation of the peasant agriculturist and or familiar peasant, studying the peasantry at "Pontal do Paranapanema" on the last three decades.

Keywords space; territory; conflictuality; peasantry.

INTRODUÇÃO

Este texto quer ampliar as discussões da pesquisa em geografia. Nele propomos um debate teórico-metodológico com três objetivos distintos, porém, interligados: a) discutir os conteúdos dos conceitos de espaço e território; b) contrapor a leitura geográfica crítica à leitura geográfica consensual e, com isso, c) contribuir com o projeto de pesquisa "Camponeses/Agricultores familiares: paradigmas em questão" que estamos desenvolvendo no curso de doutorado em Geografia. Para isso o debate está dividido em três partes: a primeira parte estudará os conteúdos dos conceitos espaço, tempo e território a partir da dialética e do método dialético, visando a ampliar a compreensão das categorias geográficas e contribuir com a tarefa de interpretar os acontecimentos, pois a realidade como totalidade não se apresenta à primeira vista.

A segunda parte refletirá sobre a análise territorial como tarefa imprescindível para a compreensão da luta de classes que se estabelece pela disputa do território quando da implantação de um modelo de desenvolvimento agropecuário. Esse debate teórico e político ressaltam a importância da dimensão conflituosa do território como integrante da questão agrária atual. Por fim, a terceira parte analisará as contribuições que surgiram nesses dois debates visando ao projeto de pesquisa em geografia cujo objetivo consiste em ampliar a compreensão da formação do agricultor camponês e ou familiar estudando a formação do campesinato na região do Pontal do Paranapanema nas últimas três décadas.

Desta forma, pretende-se estudar a questão agrária atual para compreender as novas territorialidades do campo no embate entre o território do agronegócio e o território camponês. Esse embate cria novos espaços políticos que transformam as configurações espaciais como resultado da luta de classes, alteram as relações sociais e, por conseguinte, modificam os significados dos conteúdos dos conceitos geográficos.

PESQUISA EM GEOGRAFIA: ESPAÇO, TEMPO E TERRITÓRIO.

A importância da pesquisa científica está diretamente relacionada aos questionamentos advindos da realidade e que desafiam os pesquisadores a buscar soluções. Na Geografia tais questões surgem da intersecção de três dimensões existenciais como o sujeito, o tempo e o espaço, constituindo um conjunto a ser estudado. São essas as razões que fazem o método dialético ser escolhido por inúmeras pesquisas científicas e ser quase imprescindível para a Geografia, entendendo que a tarefa do geógrafo não se restringe apenas a descrever a realidade, mas propor sua transformação.

Há diversas compreensões sobre a dialética e sobre o método dialético, cuja importância consiste em colocar o pesquisador em estado de alerta constante por duas razões principais: primeira porque a dialética é o movimento do espírito, das contradições do pensamento que ela perpassa ao ir da afirmação à negação e, segunda, porque a visão totalizante é necessária para enxergar o conjunto e assim encaminhar uma solução a um problema. Inspira-nos o trabalho desenvolvido por Oliveira (2004) ao tratar das perspectivas da Geografia Agrária no início do século XXI.

Dentre os autores que se preocuparam com tais temáticas destacam-se Hegel (2002) e Kosik (1985), por serem distintas as suas abordagens. Hegel (2002) entende que a dialética é um movimento ininterrupto histórico e relacional em que a pessoa ganha consciência de si ao sair de si e retornar a si e, simultaneamente, sair ao encontro de outra pessoa que, como ela, também é processo e produto desse movimento. Assim, as pessoas só se reconhecem, reconhecendo-se reciprocamente. Em outras palavras, eu só sei que eu existo quando encontro alguém fora e diferente de mim. A existência do outro é a condição que garante a minha existência e vice-versa.

Para Kosik (1985) a dialética é o pensamento crítico por proporcionar conhecimento como produto de um movimento que se inicia na pessoa diante da realidade da qual ela e as outras pessoas, como sujeitos históricos, fazem parte, pois “cada processo cognoscitivo da realidade social é um movimento circular em que a investigação parte dos fatos e a eles retorna” (KOSIK, 1985, p. 45). Conhecer a realidade é conhecer-se a si mesmo como produtor da história da qual a realidade, a ser conhecida, faz parte, pois “o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento espiral, do qual cada início é abstrato e relativo” (KOSIK, 1985, p. 41).

Propomos estudar geografia a partir da dialética e das contribuições de Kosik (1985) visando a ampliar a compreensão das categorias geográficas fundamentais, mais especificamente o espaço e o território. Desta forma, entendemos o espaço como produto das relações sociais (Massey, 2006) as quais consomem suas energias e seu tempo. O espaço é marcado pelas intencionalidades tanto quanto pelas ações e reações de modo simultâneo e constante. Desta forma, a essência do espaço não é estática e nem inerte, mas circunstancial, mutável e dinâmica, como entende Harvey (1993, 2005) que, ao analisar a dinâmica capitalista percebe que sua ação aniquilou e suprimiu os significados do espaço tornando-o incompreensivo se a análise espacial não contemplar as inúmeras alterações advindas do contexto global de economia mundializada, de luta de classes e de acumulação flexível.

O espaço como categoria geográfica é produto dos relacionamentos humanos constituindo uma complexidade de redes, vínculos, práticas, trocas tanto local, como global. Ele é a base estrutural da Geografia por suportar e interligar uma multiplicidade de ações, interações, reações e objetivos. A dialogicidade e a conflitualidade (Santos 1996); (Fernandes, 2007) e (Saquet, 2007) não permitirão pensar o espaço como algo fixo, completo, concluso, por estar ele sempre em construção permanente e, desta forma, é constantemente produzido, modificado, implantado, reestruturado como um “conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1996, p. 51).

O campo de atuação da geografia está balizado pelo conceito de espaço. Constitui este, o conceito mais abrangente, conseqüentemente o mais abstrato e que deve ser analisado simultaneamente com o outro conceito de iguais características: o tempo. O tempo constitui uma convenção social e possui diversas interpretações e abordagens como processualidade e movimento como entende Braudel (1978). Mudanças e permanências, rupturas e continuidade, formas e estruturas são conceitos importantes trabalhados por ele. A conciliação tempo histórico e ocasião se dão no espaço e se materializam como território, como lugar, como paisagem, como região, etc. A cotidianidade e a totalidade são as duas extremidades da dimensão temporal. Na dimensão temporal a totalidade está em perpétuo movimento (Santos, 1996) e, de forma semelhante, para a Geografia, o espaço está em constante mudança. Na cotidianidade estão juntas a totalidade e a parte (Heller, 2000) e, por semelhança, para a Geografia o espaço e o território estão juntos, corroborando, desta forma, para a compreensão que Fernandes (2007) faz dos dois territórios: o primeiro território como nação e o segundo território desenvolvido dentro

do primeiro pela agricultura camponesa. Não se altera um sem que o outro seja também alterado.

O espaço também possui outra dimensão, outro significado referindo-se à existência, a corporeidade, à referência existencial, operacional. Trata-se do lugar (Tuan, 1983) como conceito de espaço que proporciona o nosso encontro com o mundo, a nossa relação primeira, de forma singular, subjetiva e temporal. Quando neste espaço se estabelecem disputas pelo seu controle e domínio, ele se transforma em campo de força por causa do poder e da hegemonia que se deseja implantar nele. Então o território é produzido (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2006) por compor de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais. O território é relacional entre processos sociais, espaço material que inclui o movimento, a fluidez, as conexões e as redes.

A importância do estudo do território para a Geografia nestes tempos de globalização é tamanha que de forma alguma é exagerada à compreensão que Milton Santos deixou como legado:

A geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o território. O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS: 2006 p. 13).

Desta forma, para a compreensão do território é indispensável ter presente o conceito de movimento como postula Haesbaert (2004, 2006), para poder distinguir a noção restrita de território da noção ampla. A noção restrita refere-se à questão do Estado, como interesse das sociedades modernas. É a noção de primeiro território para Fernandes (2007). Para a noção ampla “o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, passível assim de ser estendida a qualquer tipo de sociedade, em qualquer momento histórico [...]” (HAESBART, 2006, p. 53). É a noção de segundo território para Fernandes (2007).

As contribuições dos autores acima citados corroboram para a compreensão de outros conceitos como, territorialidade que só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal (Gottmann, 1975, apud Saquet, 2007) e os

conceitos de desterritorialização e reterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas. Tais práticas se desenvolvem necessariamente como lutas de classes e se instalam no território provocando alterações na sua configuração espacial produzidas pela conflitualidade dos interesses de classe e pelas intencionalidades das ações que visam a impor seu controle e domínio no território para garantir o uso dos recursos naturais e estabelecer relações sociais determinadas.

AS LEITURAS GEOGRÁFICAS DO CAMPESINATO E O DEBATE PARADIGMÁTICO

A análise territorial é fundamental para compreender a luta de classes que se estabelece pela disputa do território visando à implantação de um modelo de desenvolvimento agropecuário. Evidenciar a luta de classe nesta disputa territorial é o divisor de águas entre a leitura geográfica crítica e a consensual. A leitura geográfica consensual de tendência hegemônica enaltece a modernização tecnológica do desenvolvimento agropecuário e, por conseqüência, o aumento da produtividade no campo, pois é o resultado que interessa e não o processo, já que os fins justificam os meios. Por essas razões, a Reforma Agrária é obsoleta, é questão ultrapassada (Leite; Ávila, 2007). O futuro é o agronegócio. Graças aos avanços tecnológicos e as mudanças na estrutura produtiva no campo, os territórios camponeses serão necessariamente tomados e incorporados como agronegócio ou produzirão obedecendo à lógica dele. O agronegócio é a única possibilidade de desenvolvimento agropecuário (Veiga, 1998; Silva, 1999) e sua hegemonia é um processo inevitável. Trata-se de um modelo cuja sustentação encontra-se no domínio da tecnologia (a transgênia é um exemplo) e por intermédio dela expande no campo a produção de mercadorias procurando ocupar todos os territórios e controlar todas as relações sociais no campo e na cidade. Assim, ao tentar esconder e camuflar a luta de classes a leitura geográfica consensual não consegue explicar a disputa que acontece no campo entre dois modelos de desenvolvimento agropecuário, a saber, o modelo da monocultura agro exportador (agronegócio) e o modelo da policultura camponesa.

A análise territorial da leitura geográfica crítica contrapõe a consensual a partir da luta de classes, pois na sociedade capitalista a luta de classes é o motor do seu modo de produção desigual e contraditório. Assim, os dois modelos de desenvolvimento disputam o controle e o domínio do território

visando a se estabelecer nele com poder e hegemonia. Nesta lógica, a redução dos territórios camponeses e indígenas significa a expansão do território do agronegócio. Esta expansão fabulosa para uns e monstruosa para outros (Fernandes, 2007), destrói tudo o que encontra em seu caminho: florestas, rios, comunidades, entre outros. Desta forma, nas diferenças desses modelos estão explicitadas as visões de mundo, as perspectivas distintas de sociedade, as formas de organizarem a produção e as relações de trabalho. A Geografia é uma disciplina, entre outras, que busca desvendar esse drama (Santos, 2006, p.13), pois enquanto o modelo da monocultura agro exportador denominado de agronegócio forma o seu espaço e ocupa o território com a lógica da concentração de terras utilizando maquinários, alguns deles, guiados por satélite, obtendo um enorme complexo agroindustrial, o modelo da policultura camponesa, forma o seu espaço e ocupa o território guiado por outra lógica. O seu potencial de produção de alimentos está mais na diversidade e qualidade dos alimentos do que no produtivismo, organizando os produtores em cooperativas e associações e utilizando de forma sustentável os recursos naturais, cuidando do meio ambiente e de suas fontes renováveis.

A leitura geográfica do território sem considerar a luta de classes e a conflitualidade suprimirá o significado do território por enfatizar apenas o seu caráter instrumental como faz Schneider (2005) numa abordagem em que desaparecem totalmente as relações de poder e o território deixa de ser um campo de força. Para o referido autor o território é uno como sinônimo de totalidade. De fato, o território é uma totalidade, mas não é uno e sim, múltiplo, plurifacetado, é o local da identidade e da diferença, da unidade e da diversidade, da ação e da intenção. Há que considerar o território nas suas dimensões material e imaterial como discurso, como memória. A sua essência está no movimento e em movimento, pois ele é continuamente construído, destruído e reconstruído. Ele é relacional e processual e, como entende Haesbaert (2004) a desterritorialização é a passagem perpétua de um território ao outro. Portanto, com esses referenciais propõe-se uma leitura geográfica crítica da questão agrária atual a partir de dois territórios em constante disputa: o território do agronegócio e o território camponês. Para ampliar nossa compreensão utilizaremos dois arcaibouços teóricos, dois paradigmas que também ensejam um debate teórico, uma disputa política visando a convencer ou derrotar seus oponentes. Trata-se do paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário.

O paradigma do capitalismo agrário reúne as concepções advindas das obras de Lênin (1899/1985) e (1918/1980); de Kautsky (1986); Mendras

(1976/1992); Lamarche (1983 1998); Abramovay (1992), Veiga (1991) entre outros e entende que o agronegócio pretende ser a única possibilidade de desenvolvimento agropecuário, pois se trata de um modelo de desenvolvimento cuja sustentação encontra-se no domínio da tecnologia e por intermédio dela expande a produção de mercadorias procurando ocupar todos os territórios e controlar todas as relações sociais no campo e na cidade. Desta feita, o único futuro para o campesinato encontra-se na transformação do camponês em agricultor familiar. Tal metamorfose ocorre quando da sua integração no mercado, como novo personagem, assumindo sua condição de produtor moderno racionalizando ao máximo sua produção.

O paradigma da questão agrária reúne as concepções advindas das obras de Lênin (1899/1985) e (1918/1980); de Kautsky (1986); Shanin (1983); Chayanov (1974); Oliveira (1986, 1988, 1991, 2004); Fernandes (1996, 1999, 2005, 2007) entre outros e entende que o agronegócio constitui um dos modelos de desenvolvimento que se diferencia por sua enorme produtividade. Essa produtividade deve-se ao seu poder destruidor de florestas, recursos naturais, rios e organizações camponesas e indígenas. É um modelo agro exportador cuja integração é sempre e necessariamente condição de subalternidade. Ocupa o território com a lógica da concentração de terras e sua expansão significa a redução dos territórios camponeses e indígenas. Assim, o futuro do campesinato está na reafirmação de sua identidade, no seu protagonismo como novo sujeito social, como agente do processo de transformação social que se dá através da sua luta contra o capital, especialmente contra o modelo do agronegócio.

Esse debate teórico e político ressalta a importância da dimensão conflituosa do território e, conseqüentemente, torna imprescindível a compreensão do conceito de conflitualidade para a leitura geográfica da questão agrária atual. Para Santos (1999) e Fernandes (2005, 2006) a conflitualidade é uma característica inerente ao modo capitalista de produção por estabelecer um processo de enfrentamento alimentado pela contradição estrutural do capitalismo. Para Gonçalves (2005) ela é um indicador de que se encontra em curso outra ordem a questionar a ordem atual que concentra terra, renda e oportunidades.

Fernandes (2005; 2006) entende que a luta pela terra está assentada no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre possibilidade histórica do retorno a terra. Esse raciocínio corrobora a compreensão dos conflitos fundiários constantes no Brasil como parte de uma luta histórica, que, nas três últimas décadas têm assumido novas características, justificando o uso do conceito da

conflitualidade como um processo de enfrentamento alimentado pela contradição estrutural do capital. Assim,

a conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A conflitualidade gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento (FERNANDES: 2006 p. 8).

Este debate encontra-se nas teorias, nos paradigmas, nos discursos promovendo disputa intelectual na qual se confrontam compreensões e leituras que indicam alternativas distintas. Está presente também nas discussões dos movimentos sociais, como o que ocorre, por exemplo, entre as perspectivas da Via Campesina e da Fretaf-Sul. A Via Campesina¹ é um movimento internacional que coordena organizações camponesas em 56 países organizados em oito regiões: Europa, Leste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África, desde abril de 1992. Dentre suas prioridades estão o desenvolvimento da solidariedade e a unidade dentro da diversidade objetivando promover relações econômicas de igualdade e de justiça social, a preservação do meio ambiente, a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável, entre outros. A Fretaf-Sul está organizada em 22 microrregiões congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar em toda a região sul do Brasil, abrangendo mais de 288 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desde março de 2001. Compõem suas prioridades, a implantação de um sindicalismo novo, classista, democrático, massivo e propositivo, com capacidade de organização nas comunidades e municípios, de mobilização e pressão por melhores condições de vida e da elaboração de negociações políticas com o Estado e a sociedade, organizar projetos alternativos nas diversas áreas, debater com a sociedade a importância da agricultura familiar, entre outros. Assim, nesta disputa intelectual seja na academia, seja nos movimentos sociais confrontam-se compreensões e leituras contendo alternativas distintas.

ANÁLISE DE UM PROJETO DE PESQUISA EM GEOGRAFIA.

Esse texto propõe participar desta disputa intelectual como contribuição ao projeto de pesquisa “Camponeses/Agricultores Familiares: paradigmas em questão” que estamos desenvolvendo no curso de doutorado em Geografia. O objeto de análise deste projeto consiste em ampliar a compreensão da formação do agricultor camponês e ou agricultor familiar estudando o campesinato. As variáveis são o tempo e o espaço. O recorte histórico-temporal será constituído em duas etapas: de 1970 a 1990 e de 1990 a 2000. O objetivo geral consiste em contribuir com o debate a partir dos referenciais teóricos desenvolvidos no projeto, para elucidar as diferenças dos métodos de análise da questão agrária e do capitalismo agrário no que tange a agricultura familiar camponesa; analisar os componentes formadores da identidade e da identificação do agricultor familiar/camponês.

Pesquisar as origens do conceito de agricultura familiar nos movimentos, sindicatos e na academia, para registrar os primeiros momentos em que o termo passa a ser usado e sua transformação em conceito. Pesquisar a questão agricultura familiar camponesa no Pontal do Paranapanema, a partir de uma delimitação da tipologia de campesinato e agricultor familiar, a partir de três seguimentos sociais e suas respectivas organizações: os trabalhadores rurais e seus sindicatos, os trabalhadores rurais sem terra e seus movimentos camponeses e os pequenos produtores rurais e suas associações, de modo a contribuir e, se possível, ampliar a compreensão da diferença dos métodos de análise de Silveira (1990), Paulino (1997), Hespanhol (2000) e Medeiros (2002). Analisar este debate nas Ciências Humanas e explicar as transformações de caráter teórico, político e territorial.

Entre os objetivos específicos empenha-se a pesquisa em contribuir com o debate da questão agrária para demarcar “*territórios*” teóricos e políticos; compreender as formas de resistência aos processos de expropriação, expulsão e exclusão, analisando as disputas políticas inerentes aos projetos de desenvolvimento rural e estudar, discutir e compreender as relações sujeito-espaço analisando as ações dos sujeitos agricultor familiar/camponês, entre outros.

O referencial teórico e o debate paradigmático proporcionarão com certeza, elementos com os quais serão desenvolvidas as coletas de dados na pesquisa de campo. Ela acontecerá na região do Pontal do Paranapanema, mais especificamente nos movimentos sociais rurais, movimento sindical rural e associações de agricultores familiares. Em forma de amostragem,

analisar-se-á algumas realidades municipais dentro dessa região, para compreender se houve ou não alterações nos significados dos conceitos agricultor familiar/camponês e seus derivados: pequeno agricultor, pequeno produtor, assentado, lavrador etc. Para obter as informações aplicar-se-ão questionários e entrevistas com a finalidade de compreender, discutir e estudar as questões políticas, econômicas e culturais na referida região.

Compreender questões como: qual a participação da produção agropecuária da agricultura familiar/camponesa no total da produção no Pontal do Paranapanema? Quais as condições que criam a diferenciação de integração ao mercado e de exclusão? Analisar as formas de integração parcial ao mercado e a produção para o autoconsumo; estudar as práticas agrícolas a partir dos modelos tecnológicos, como por exemplo: a monocultura e a agro ecologia; como essas condições tornam-se úteis para diferenciar interpretações dos conceitos de camponês e agricultor familiar? Essas questões tornam diferentes os sujeitos sociais ou expressam as desigualdades de um mesmo sujeito social. Além da coleta de dados serão utilizadas informações obtidas através da observação participante e do convívio com as pessoas envolvidas diretamente com os objetivos da pesquisa.

CONCLUSÃO

Este texto consiste no debate de uma proposta teórico-metodológica sobre a pesquisa em Geografia a partir dos conceitos de espaço, tempo e território tendo a dialética e o método dialético como instrumentos importantes para a pesquisa por colocar o pesquisador em alerta constante e contribuir com a tarefa de interpretar os acontecimentos, pois a realidade como totalidade não se apresenta à primeira vista. Como compreender determinada questão é o que move o pesquisador, o seu primeiro e constante desafio consiste em saber ler a realidade, contudo, não qualquer realidade e nem qualquer leitura dela. Assim, quanto mais ele se coloca em posição de alerta em relação ao conteúdo dos conceitos tanto maior será sua competência científica, pela oportunidade de discutir as concepções estabelecidas, de aprender novos conhecimentos e de abrir outras frentes de investigações.

Como a pesquisa é em Geografia, mais especificamente, em Geografia Agrária, a análise territorial é de fundamental importância, pois proporcionará a leitura geográfica crítica e, com ela, o debate paradigmático.

A leitura geográfica crítica propõe uma análise territorial a partir da luta de classe e da conflitualidade para explicar que o território sempre é produzido, destruído e reproduzido pelas relações de poder que se concretizam pela disputa do seu controle e domínio com a implantação de um modelo de desenvolvimento agropecuário. A compreensão desta disputa é imprescindível para a questão agrária atual, pois elucidará as novas territorialidades do campo no embate entre o território do agronegócio e o território camponês. Esse embate cria novos espaços políticos transformando as configurações espaciais, as relações sociais e, por consequência, os conceitos geográficos. Propõe-se o estudo dessas transformações com dois arcabouços teóricos, dois paradigmas: o da questão agrária e o do capitalismo agrário.

Esse é o campo investigativo que sugerimos para ampliar a compreensão da formação do agricultor camponês e ou agricultor familiar estudando o campesinato, pesquisando as origens do conceito agricultura familiar nos movimentos socioterritoriais, sindicatos e na academia, para registrar os primeiros momentos em que o termo passa a ser usado e sua transformação em conceito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. A longa duração, escritos sobre a História. São Paulo: Perspectivas, 1978.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Brava Gente** – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil (uma entrevista com João Pedro Stedile). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Vozes, 2001.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA** número 6, 2005.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2006.

_____. **Territórios da Questão Agrária: campeonato, reforma agrária e agronegócio.** Inédito, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. Ação Pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema. **Revista NERA**, ano 8, nr. 7, p. 112-124, 2006.

_____. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Revista de Geografia Agrária – Campo Território**, v.1, n.2, p.14-30, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

GONÇALVES, Carlos W. P. Geografia da Violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. In: **CADERNO CONFLITO NO CAMPO – Brasil 2004.** Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, p. 142-156, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização.** Do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton, BECHER, Bertha. **Território, territórios.** Ensaios sobre o ordenamento territorial. 2ª edição. Rio de Janeiro: DPA Editora, 2006.

HEGEL, G.W. **Fenomenologia do Espírito.** Petrópolis: Vozes, 2002.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História.** 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HESPANHOL, R A de Medeiros. **Produção Familiar: perspectivas de Análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente.** 2000. 262f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade São Paulo, São Carlos.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **A Agricultura Familiar: do mito a realidade.** Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEITE, Sergio P. & ÁVILA, Rodrigo V de. **Um futuro para o campo Reforma Agrária e desenvolvimento social.** São Paulo: Editora Vieira e Lent, 2007.

LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas volume 3**, São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1981.

MASSEY, Doreen. La conceptualización del espacio y la cuestión de la política en un mundo globalizado. In: SILVA, JB; LIMA, Luiz Cruz, ELIAS Denise, **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

MEDEIROS, Célia Maria Santos Vieira de. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da Região de Presidente Prudente nos anos 1980/1990**. 2002. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas. Universidade São Paulo. São Paulo.

MENDRAS, Henry. **La Fin des paysans**. Paris : Actes Sud, 1992.

NEVES, Delma Pessanha. Novas competências para o desenvolvimento rural. In :MOTA, Dalva Maria da ; SCHMITZ, Heribert ; VASCONCELOS, Helena Ellery. (Org.). **Agricultura Familiar e abordagem Sistêmica**. Aracajú, p. 183-198, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção na agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Agricultura brasileira: as transformações recentes**. São Paulo: SPM/CEM, 1994.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo Contexto, 1996.

_____. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil, in **XII Encontro Nacional do MST**, em São Miguel do Iguçu, Paraná de 19 a 24 de Janeiro, 2004.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **O limite das cercas: desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente**. 1997. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton, BECHER, Bertha. **Território, territórios**. Ensaios sobre o ordenamento territorial. 2ª edição. Rio de Janeiro: DPA Editora, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, Sergio & TARTARUGA Ivan G. Peyré. Do território geográfico à abordagem territorial do rural. In: **Jornadas e Intercâmbio y Discusion**: El desarrollo rural em su perspectiva institucional y territorial, Buenos Aires: Universidad Buenos Aires, FLACSO, Argentina,, 2005.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos Cebrap**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **La classe Incomoda**. Alianza Editorial: Madrid, 1983.

SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

SILVEIRA, Fátima Rotundo de. **A recriação capitalista do campesinato**. Os camponeses na Região de Presidente Prudente. 1990. 268 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas. Universidade São Paulo. São Paulo.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. DIRETRIZES PARA UMA NOVA POLÍTICA AGRÁRIA. In: **Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**, Estudos do NEAD. São Paulo, 1998.